



CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍLIA
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

011. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO
CÓD. 011

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia a charge.



(Gazeta do Povo, 13.01.2016. Adaptado)

Para que a resposta da personagem faça sentido, a lacuna na pergunta de seu interlocutor deve ser preenchida com

- (A) caminham
- (B) parece estar
- (C) vão
- (D) têm corrido
- (E) acredita estar

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 10.

Uma noite no mar Cáspio

Na semana passada, uma aluna da Sorbonne foi encarregada de fazer um estudo sobre a literatura latino-americana, mal informada de tudo, inclusive sobre a América Latina. Veio entrevistar algumas pessoas e, não sei por que, pediu-me que a recebesse para uma conversa que pudesse explicar o Brasil com apenas um título que serviria de roteiro para o trabalho que deveria apresentar.

Já me pediram coisas extravagantes, recusei algumas, aceitei outras. Aleguei minha incompetência para titular qualquer coisa.

Mas não quis decepcionar a moça. Pensando na atual crise política, sugeri “Garruchas e punhais” – era o nome da briga entre os meninos da rua Cabuçu contra os meninos da rua Lins de Vasconcelos. Morei nas duas e era considerado um espião a soldo de uma ou de outra. O que no fundo era verdade, considerava idiotas os dois lados.

A moça riu mas não gostou. Todos os países têm garruchas e punhais. Dei outra sugestão: “O mosteiro de tijolos de feltro”. Ela não gostou – nem eu. Parti então para uma terceira via, por sinal, a mais estúpida. Pensou um pouco, inicialmente recusou. Olhou bem para mim e aprovou: “Uma noite no mar Cáspio”. Para meu espanto, ela aceitou.

Acredito que os professores da Sorbonne também gostarão. E eu nem sei onde fica o mar Cáspio, embora também não saiba onde fica o Brasil.

(Carlos Heitor Cony. *Folha de S.Paulo*, 26.01.2016. Adaptado)

02. Com as passagens do texto “mal informada de tudo” (1º parágrafo) e “Mas não quis decepcionar a moça.” (3º parágrafo), o narrador mostra-se

- (A) hostil, embora a aluna da Sorbonne não evidenciasse entusiasmo pelo assunto do trabalho a ser realizado.
- (B) apreensivo, pois a aluna da Sorbonne não demonstrava interesse no assunto do trabalho a ser realizado.
- (C) receptivo, ainda que a aluna da Sorbonne não dominasse o assunto do trabalho a ser realizado.
- (D) indiferente, tanto que a aluna da Sorbonne não manifestou conhecimento do assunto do trabalho a ser realizado.
- (E) confuso, à medida que a aluna da Sorbonne dava indícios de desconhecer o assunto do trabalho a ser realizado.

03. A frase – Morei nas duas e era considerado um espião a soldo de uma ou de outra. O que no fundo era verdade, considerava idiotas os dois lados. – (3º parágrafo) indica que o narrador, em suas brincadeiras de criança,

- (A) acreditava que a rivalidade entre as duas ruas era algo sem propósito.
- (B) orgulhava-se por ser espião nas duas ruas, principalmente pelo pagamento.
- (C) pagava aos meninos de ambas as ruas para não se envolver em suas brigas.
- (D) atendia os pedidos dos amigos, pois se considerava o melhor espião do lugar.
- (E) encantava-se com a richa entre as ruas, por isso defendia a mais forte.

04. Quando a aluna da Sorbonne aceita o título “Uma noite no mar Cáspio” para seu estudo sobre a literatura latino-americana, o narrador espanta-se, porque se trata de uma sugestão que ele considera

- (A) muito poética, provavelmente por adequar-se ao tema do objeto desse estudo, o que contraria a ideia de que a aluna desconhecesse o assunto.
- (B) bastante adequada, provavelmente acatada pela aluna de forma reticente devido à sua falta de conhecimento do objeto desse estudo.
- (C) muito estúpida, provavelmente por ser óbvia em relação ao objeto desse estudo, o que revela a falta de criatividade de ambos para sintetizar o assunto.
- (D) pouco inteligente, provavelmente por não estar relacionada ao objeto desse estudo, o que acaba por comprovar a falta de conhecimento da aluna.
- (E) pouco consistente, provavelmente pelo fato de que ele, sem assumir, ignorava, da mesma forma que a aluna, o objeto desse estudo.

05. Observe as passagens do texto:

- **Aleguei** minha incompetência para titular qualquer coisa. (2º parágrafo);
- **Parti** então para uma terceira via, por sinal, a mais estúpida. (4º parágrafo);
- Pensou um pouco, inicialmente **recusou**. (4º parágrafo).

No contexto em que estão empregados, os termos em destaque significam, respectivamente:

- (A) Justifiquei, Optei e acedeu.
- (B) Retorqui, Divergi e opôs-se.
- (C) Objetei, Conclui e obstou.
- (D) Retruqueei, Indiquei e furtou-se.
- (E) Citei, Passei e enjeitou.

06. A relação de sentido estabelecida entre as orações no trecho do segundo parágrafo – ... recusei algumas, aceitei outras. – também está presente em:

- (A) Veio entrevistar algumas pessoas e, não sei por que, pediu-me...
- (B) ... que serviria de roteiro para o trabalho que deveria apresentar.
- (C) Pensando na atual crise política, sugeri “Garruchas e punhais”...
- (D) A moça riu mas não gostou.
- (E) Ela não gostou – nem eu.

07. _____ uma aluna da Sorbonne que a recebesse para uma conversa que pudesse explicar o Brasil com apenas um título que _____ de roteiro para o trabalho que deveria apresentar. Já me pediram coisas extravagantes, recusei algumas, aceitei outras. Mas não _____.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) Pediu-me ... serviria-lhe ... lhe quis decepcionar
- (B) Me pediu ... servir-lhe-ia ... quis decepcioná-la
- (C) Pediu-me ... lhe serviria ... a quis decepcionar
- (D) Me pediu ... o serviria ... quis decepcionar-lhe
- (E) Pediu-me ... serviria-o ... quis decepcioná-la

08. Na passagem do primeiro parágrafo – ... que pudesse explicar o Brasil **com** apenas um título que... –, a preposição “com” forma uma expressão cujo sentido indica

- (A) lugar.
- (B) modo.
- (C) conformidade.
- (D) instrumento.
- (E) causa.

09. Assinale a alternativa em que os verbos destacados, flexionados em conformidade com a norma-padrão, mantêm a mesma relação de tempo e modo que os destacados em: E eu nem **sei** onde fica o mar Cáspio, embora também não **saiba** onde fica o Brasil.

- (A) E eu nem me ative à localização do mar Cáspio, embora também não me atenho à localização do Brasil.
- (B) E eu nem guardei a localização do mar Cáspio, embora também não guarde a localização do Brasil.
- (C) E eu nem conheço a localização do mar Cáspio, embora também não conheço a localização do Brasil.
- (D) E eu nem vi a localização do mar Cáspio, embora também não vejo a localização do Brasil.
- (E) E eu nem disponho da localização do mar Cáspio, embora também não disponha da localização do Brasil.

10. Comecei _____ conversar com a aluna e entendi que caberia a mim escolher o título de seu estudo. Perguntei _____ ela o que achava de “Garruchas e punhais”. Não gostou. Então, dei outra sugestão _____ moça: “O mosteiro de tijolos de feltro”.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) a ... a ... àquela
- (B) à ... a ... àquela
- (C) a ... à ... aquela
- (D) à ... à ... aquela
- (E) a ... à ... àquela

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Considere a seguinte situação hipotética. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprova emenda à Constituição Estadual que prevê que, em caso de dupla vacância dos cargos de prefeito e vice-prefeito, assumirá o cargo Desembargador designado pelo Tribunal de Justiça Estadual. Considerando os contornos da autonomia municipal previstos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a emenda à Constituição do Estado de São Paulo é
- (A) inconstitucional, pois a Constituição Federal já prevê que em caso de dupla vacância deve assumir juiz do Tribunal Regional Eleitoral local, que deverá conduzir processo eleitoral de imediato.
 - (B) constitucional, pois a autonomia municipal está condicionada aos limites impostos pela Constituição Estadual, já que o Estado Membro tem liberdade para dispor sobre a organização dos Municípios existentes em seu território.
 - (C) inconstitucional, pois o Estado, ao disciplinar tal matéria, invadiu competência exclusiva dos Municípios, ferindo-lhes a autonomia política de dispor sobre o tema na lei orgânica.
 - (D) constitucional, pois a Constituição Federal prevê que a Constituição Estadual deverá dispor sobre os limites da auto-organização e do autogoverno assegurados aos Municípios.
 - (E) inconstitucional, pois a Constituição Federal prevê expressamente que em caso de dupla vacância deverá o cargo ser assumido pelo Presidente da Câmara Municipal.
12. Segundo dados do IBGE, 216.745 pessoas são habitantes de Marília. Com isso, o subsídio máximo dos Vereadores da Câmara Municipal corresponderá
- (A) a 50% do subsídio dos Deputados Estaduais.
 - (B) a 50% do subsídio dos Deputados Federais.
 - (C) ao mesmo valor que o subsídio do Prefeito Municipal.
 - (D) a 50% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) a 50% do subsídio do Presidente da República.
13. Considere a seguinte situação hipotética. Vereador da Câmara Municipal de Marília apresenta projeto de lei que cria 100 (cem) cargos efetivos em várias áreas do Executivo Municipal. Na justificativa do projeto, afirma que a remuneração dos cargos efetivos pode ser obtida pela extinção de 20 (vinte) cargos em comissão existentes em vários órgãos da Administração. O projeto é levado a plenário e aprovado pela unanimidade dos membros do Poder Legislativo de Marília. Tendo em vista as previsões constitucionais acerca do processo legislativo, ao seguir o projeto de lei, agora na forma de autógrafo, para o Prefeito Municipal, este deve
- (A) vetá-lo, pois projeto de lei que altere a destinação de recursos públicos, ainda que não haja aumento de gasto, é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo local.
 - (B) sancioná-lo, pois não há qualquer vício no processo legislativo e inexistem outras hipóteses de veto pelo Chefe do Executivo.
 - (C) vetá-lo, pois a extinção de cargos deve ser efetuada por meio de decreto legislativo a ser expedido pelo Prefeito Municipal.
 - (D) sancioná-lo, pois a iniciativa privativa para a criação de cargos, funções ou empregos públicos é dada somente ao Presidente da República.
 - (E) vetá-lo, pois a criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal.
14. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspectos do mandado de segurança, previsto como remédio constitucional na Constituição Federal de 1988.
- (A) No exercício de competência delegada, o mandado de segurança deve ser impetrado contra a autoridade delegante.
 - (B) Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança.
 - (C) A entidade de classe não tem legitimação para o mandado de segurança quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
 - (D) Cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado ou passível de correição.
 - (E) O mandado de segurança, em determinados casos excepcionais, substitui a ação popular.

15. Considere a seguinte situação hipotética. Lei do Município de Marília que versa sobre navegação aérea, no espaço aéreo correspondente ao território municipal, é aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito. Como a matéria é de competência privativa da União, conforme previsto pela Constituição Federal, a inconstitucionalidade da lei municipal pode ser alegada em sede de controle concentrado de constitucionalidade por meio de
- (A) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, sendo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo competente para julgá-la.
 - (B) Ação Direta de Inconstitucionalidade, sendo o Supremo Tribunal Federal competente para julgá-la.
 - (C) Ação Declaratória de Constitucionalidade, sendo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo competente para julgá-la.
 - (D) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, sendo o Supremo Tribunal Federal competente para julgá-la.
 - (E) Ação Direta de Inconstitucionalidade, sendo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo competente para julgá-la.
16. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspectos da política urbana prevista na Constituição Federal.
- (A) Imóveis existentes em áreas consideradas pelo Plano Diretor como objeto de desenvolvimento estratégico da cidade poderão ser objeto de desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
 - (B) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, mediante plena mobilidade para acesso aos serviços públicos.
 - (C) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
 - (D) É facultado ao Poder Público municipal, para área incluída no plano diretor, exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, direta e imediata, da aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.
 - (E) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir a ampliação do uso da propriedade de forma produtiva.
17. A destinação do produto de arrecadação de imposto não pode ir vinculada, como regra, a nenhum órgão, fundo ou despesa. Essa é a formulação do princípio constitucional do orçamento
- (A) da clareza.
 - (B) da especificação ou discriminação.
 - (C) do equilíbrio com exatidão.
 - (D) da programação regionalizada.
 - (E) da não afetação.
18. Considere a seguinte situação hipotética. Cidadão X solicita à Câmara Municipal, com base na Lei da Transparência, o valor total dos salários pagos aos Vereadores Municipais, no mês de Dezembro de 2015. A solicitação é efetuada por formulário eletrônico existente no sítio eletrônico da Câmara Municipal, tendo o Cidadão X preenchido os campos referentes ao nome completo, documento de identificação, endereço e síntese do pedido, deixando em branco, todavia, o campo que demanda os “motivos determinantes da solicitação”. Considerando que a informação solicitada pelo Cidadão X já consta no “Portal da Transparência” da Câmara Municipal, a conduta correta, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011, a ser tomada pelo Serviço de Informação ao Cidadão, é
- (A) informar ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.
 - (B) indeferir o pedido de informação formulado, pois embora o acesso a informações de interesse público demande a identificação do requerente e não possa conter exigências que inviabilizem a solicitação, é indispensável o fornecimento dos motivos determinantes da solicitação.
 - (C) fornecer a informação solicitada, pois a disponibilidade da informação solicitada em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, não desonera o órgão ou entidade pública da obrigação do fornecimento direto, que deverá ser realizado.
 - (D) notificar ao Cidadão X que ele tem o prazo de 10 (dez) dias para informar os “motivos determinantes da solicitação”, aditando o pedido original; caso o Cidadão X forneça os motivos no prazo assinalado, a Câmara Municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias para fornecer a resposta, deferindo, ou não, o pedido.
 - (E) informar ao Cidadão X, preliminarmente, o valor dos serviços de busca e fornecimento de informações; caso o Cidadão X recolha o valor, deverá informar sobre a disponibilidade da informação solicitada em formato eletrônico, desobrigando-se do fornecimento direto.

19. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspectos do ato administrativo.

- (A) Nos atos vinculados, é permitido ao agente traçar as linhas que limitam o conteúdo do ato administrativo, mediante a avaliação dos elementos que constituem seus critérios.
- (B) Pela aplicação da teoria dos motivos determinantes, o Poder Judiciário não pode exercer o controle sobre a existência dos motivos invocados como fundamento do ato.
- (C) A forma extintiva que se aplica quando o beneficiário de determinado ato descumpre condições que permitem a manutenção do ato e de seus efeitos é a revogação.
- (D) Em decorrência do princípio da separação de Poderes, o Legislativo pode anular, por lei, atos do Poder Executivo.
- (E) Quando se trata de atividade vinculada, o autor do ato deve limitar-se a fixar como objeto deste o mesmo objeto que a lei previamente já estabeleceu.

20. As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, devem prever

- (A) a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão.
- (B) o fornecimento de bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, ou o fornecimento de materiais e serviços sob o regime de administração contratada.
- (C) recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.
- (D) a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços em quantidades ou quantitativos que correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo, acrescidos de excedente de 10% (dez por cento).
- (E) projetos básico e executivo aprovados pela autoridade competente e disponíveis para exame dos interessados em participar do processo licitatório, com orçamento detalhado e composição de todos os custos unitários.

21. Considere a seguinte situação hipotética. Durante a análise das propostas de empresas em uma determinada licitação para a realização de obra pública, a Comissão se depara com uma proposta em que o licitante não apresenta valor definido, mas apenas a afirmação genérica de que cobre a melhor proposta, concedendo desconto de 10% (dez por cento). A Comissão de Licitação, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, deve

- (A) não considerar a proposta, pois não pode ser aceita qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite.
- (B) inabilitar a empresa, porque não correspondeu aos critérios de qualificação econômico-financeira constantes da lei geral de licitações.
- (C) aceitar a proposta e declarar a empresa como vencedora, já que o valor por ela oferecido será sempre o menor.
- (D) dar sequência aos lances e conceder à empresa que apresentou a proposta de desconto oportunidade de confirmar, ao final, se mantém as condições ofertadas.
- (E) aceitar a proposta de desconto da empresa, mas condicioná-la à apresentação de planilha de quantitativos unitários que comprovem a exequibilidade do preço.

22. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre os bens públicos sob a perspectiva do direito administrativo pátrio.

- (A) Os bens públicos não são bens de qualquer natureza, porque na categoria de bens públicos se inserem os bens corpóreos, como móveis, imóveis ou semoventes, excluindo-se os incorpóreos, como créditos, direitos e ações.
- (B) A propósito da titularidade dos bens públicos, há uma particularidade a destacar, os titulares não são as pessoas jurídicas públicas, e sim os órgãos que as compõem, como o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa e o Ministério Público.
- (C) São bens municipais aqueles localizados em seu território e que constituam as terras devolutas necessárias à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares e os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- (D) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- (E) Os bens dominicais são aqueles que se destinam à utilização geral pelos indivíduos, podendo ser federais, estaduais ou municipais, neles prevalecendo o sentido de destinação pública, pela utilização efetiva destes pelos membros da coletividade.

23. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o instituto da desapropriação.

- (A) É legítima a desapropriação do Estado sobre bens de sociedade de economia mista federal, sob a consideração de que, mesmo sendo o serviço executado da competência da União, os bens da entidade a ela vinculada não estão a merecer proteção.
- (B) O objetivo da desapropriação é a transferência do bem desapropriado para o acervo do expropriante, sendo que esse fim só pode ser alcançado se houver os motivos ensejadores da desapropriação, quais sejam, a utilidade pública, a necessidade pública ou o interesse social.
- (C) A indenização prévia e em dinheiro pela transferência da propriedade operada pela desapropriação é excepcional, a regra geral é que não haverá esse pagamento indenizatório pela expropriação realizada pelo Poder Público.
- (D) Em se tratando de bens públicos, um Estado, por exemplo, pode desapropriar bens de outros Estados, ou ainda, podem os Municípios desapropriar bens de outros Municípios, desde que localizados em sua dimensão territorial.
- (E) O procedimento expropriatório exaure-se em um só momento, em uma única fase em que o Poder Público manifesta sua vontade e imediatamente consome a transferência do bem, com a imissão em sua posse.

24. Considere a seguinte situação hipotética. Agente Público da Municipalidade de Marília é demitido após processo administrativo disciplinar, em razão de caracterização da prática de infração disciplinar de natureza grave. O Agente Público recorre ao Poder Judiciário pleiteando a anulação de sua demissão, afirmando que o processo administrativo disciplinar é nulo porque ele não pode se valer de defesa técnica por advogado e porque não pode apresentar recurso da decisão, já que a Municipalidade exigia depósito prévio de valor a título de taxa de instância e ele não possui o valor necessário para tanto. A ação judicial proposta pelo Agente Público será julgada

- (A) procedente, pois ambas as hipóteses apontadas, falta de defesa técnica e depósito prévio em recurso administrativo, são consideradas inconstitucionais.
- (B) improcedente, pois o depósito recursal administrativo pode ser plenamente exigido como requisito de admissibilidade, sem previsão de gratuidade.
- (C) parcialmente procedente, pois é inconstitucional a falta de defesa técnica por advogado durante o processo administrativo disciplinar, mas válida a exigência de depósito prévio como taxa recursal.
- (D) improcedente, pois embora a falta de defesa técnica por advogado seja inconstitucional, o Poder Judiciário não pode efetuar controle sobre o processo administrativo.
- (E) parcialmente procedente, pois é inconstitucional a exigência de depósito como requisito de admissibilidade de recurso administrativo, não se constituindo, todavia, a falta de defesa técnica em processo administrativo, em conduta inconstitucional.

25. Considere a seguinte situação hipotética. Professor da rede municipal de ensino de Marília é assaltado dentro da escola em que trabalha, sendo levadas sua bicicleta e sua mochila e, em razão disso, pleiteia da Municipalidade indenização por danos materiais e morais sofridos. A Municipalidade alega que disponibilizou vigilante para a guarda do estabelecimento educacional no qual ocorreu o assalto, tendo sido este rendido pelos criminosos, o que descaracterizaria a falta de segurança local e, portanto, eventual responsabilização. Nesse caso, considerando os contornos da responsabilidade civil do Estado no ordenamento pátrio, é correto afirmar que

- (A) resta devidamente caracterizada a responsabilidade civil do Estado, já que presentes os elementos constitucionalmente previstos, pois as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiro.
- (B) não resta configurada a responsabilidade civil do Município, pois segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade decorrente de conduta omissiva é subjetiva e no caso não restou comprovada a culpa por existir a vigilância na unidade escolar.
- (C) há dever de indenizar por parte da Municipalidade, já que a responsabilidade civil do Estado é objetiva, prescindindo da comprovação de dolo ou culpa por parte dos órgãos públicos que deveriam zelar pela segurança dos frequentadores da escola.
- (D) não há dever de indenizar por parte da Municipalidade, pois a responsabilidade civil do Estado, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não se estende a fatos independentes de terceiros, porque é, em regra, uma responsabilidade subjetiva, por expressa previsão constitucional.
- (E) resta caracterizada a responsabilidade civil do Estado, com dever de indenizar por parte da Municipalidade, em razão da qualidade de agente público do professor, que gera a obrigação de zelo por conta deste estar no exercício de atividade pública.

26. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre a fiscalização exercida pelo controle externo.
- (A) No caso de contrato irregular, verificado em razão de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Tribunal de Contas competente, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
 - (B) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos, que não poderá servir de apoio ao controle externo.
 - (C) Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.
 - (D) Ao Tribunal de Contas da União compete a fiscalização da União e das suas entidades da Administração direta e indireta, o que não alcança, desta forma, as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta.
 - (E) As normas estabelecidas pela Constituição Federal em relação ao Tribunal de Contas da União não se aplicam, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios; tais matérias deverão constar das respectivas Constituições Estaduais ou Leis Orgânicas.
27. Considere a seguinte situação hipotética. Empresa privada X atua fraudulentamente e causa prejuízo a fundo de investimento pertencente à Administração Pública. O Ministério Público ajuíza ação de improbidade administrativa, com base da Lei Federal nº 8.429/92 em face da Empresa X e das pessoas físicas que dirigem a referida empresa, visando à condenação pelo ato de improbidade e o ressarcimento dos valores ao erário. Não é incluído nenhum agente público no polo passivo da demanda. Considerando os contornos dados à ação de improbidade administrativa no ordenamento jurídico pátrio, é correto afirmar que a hipotética ação de improbidade do caso em tela
- (A) não merece prosperar, pois não figurando no polo passivo qualquer agente público, não há como o particular figurar sozinho como réu em ação de improbidade administrativa.
 - (B) merece prosperar, pois não é necessário comprovar que o particular tenha atuado em coautoria com o agente público, por exemplo, para induzir, ou seja, inculcar no agente público o estado mental tendente à prática do ilícito que caracterize o ato de improbidade.
 - (C) não merece prosperar, pois a ação de improbidade administrativa somente pode ter no polo passivo agente público, considerado aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função.
 - (D) merece prosperar, pois não é necessário comprovar que o particular tenha atuado em coautoria com o agente público, por exemplo, conjuntamente com o agente público para a prática do ato de improbidade.
 - (E) não merece prosperar, pois a ação de improbidade administrativa pode ter no polo passivo agentes públicos e particulares na qualidade de pessoas físicas, não cabendo, portanto, constar pessoa jurídica do polo passivo da demanda.

28. Nos termos do Decreto-Lei nº 201/67, uma das hipóteses de infração político-administrativa do Prefeito Municipal, sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato, é
- (A) deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título.
 - (B) negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente.
 - (C) deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal.
 - (D) impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída.
 - (E) ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou, realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei.

DIREITO CIVIL

29. A Lei nº 1.001 dispunha que a alíquota de determinado tributo era de 3% (três por cento). Após regular trâmite legislativo, foi promulgada a Lei nº 1.002, que revogou a Lei nº 1.001 e dispôs que o mencionado tributo passaria a ter a alíquota de 5% (cinco por cento). Em razão da forte pressão popular, foi editada e promulgada a Lei nº 1.003, revogando expressamente a Lei nº 1.002 e dispondo sobre a integral restauração de vigência da Lei nº 1.001. Nesse cenário, é correto afirmar que
- (A) é nula a disposição da Lei nº 1.003 que restaurou a vigência da Lei nº 1.001, em razão da vedação à repristinação.
 - (B) a restauração de vigência da Lei nº 1.001 incidirá em regra especial de *vacatio legis*, que será de 3 (três) meses.
 - (C) é anulável a disposição da Lei nº 1.003 que restaurou a vigência da Lei nº 1.001, operando-se a repristinação se não houver pedido de anulação no prazo legal.
 - (D) é possível a restauração de vigência da Lei nº 1.001, operando-se a repristinação.
 - (E) é integralmente nula a Lei nº 1.003, prevalecendo todas as disposições da Lei nº 1.002.

30. Assinale a alternativa correta sobre o sistema jurídico brasileiro e suas peculiaridades.
- (A) Não se admite interpretação de leis diversa da interpretação gramatical.
 - (B) É vedada a utilização do costume como fonte do direito.
 - (C) O Brasil adotou sistema jurídico misto, equiparando-se a força normativa das leis e dos precedentes judiciais, ainda que não sumulados.
 - (D) Em se tratando de lei temporária, sua vigência não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.
 - (E) No direito brasileiro é admitida a revogação tácita de leis.
31. Assinale a alternativa correta sobre os negócios jurídicos.
- (A) É anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
 - (B) É essencial a escritura pública para transferência da propriedade de imóvel cujo valor seja superior a trinta vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
 - (C) Nos negócios jurídicos celebrados pela forma escrita, prevalecerá o sentido literal da linguagem à efetiva intenção das partes.
 - (D) São nulos os negócios jurídicos celebrados por menores, relativa ou absolutamente incapazes.
 - (E) A execução voluntária de um negócio jurídico anulável, cujo vício é de conhecimento do devedor, não implica na extinção das ações que este dispunha em face da outra parte.
32. Assinale a alternativa correta sobre os institutos da detenção, da posse e da propriedade.
- (A) A detenção de bem imóvel não gera ao detentor a possibilidade de aquisição pela via da usucapião.
 - (B) O perigo público iminente não constitui fundamento suficiente para privar o proprietário de seu bem.
 - (C) O possuidor sem justo título tem por si a presunção de má-fé.
 - (D) No direito de vizinhança, quando houver interferência ao sossego justificada por interesse público, o vizinho prejudicado não tem direito a indenização.
 - (E) O possuidor turbado não poderá valer-se de sua própria força para preservar sua posse, em razão da vedação à autotutela.
33. É considerado direito real
- (A) o direito do promitente comprador de imóvel.
 - (B) a posse.
 - (C) a alienação fiduciária em garantia.
 - (D) a usucapião.
 - (E) o direito de retenção.

- 34.** Sobre o direito contratual, assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.
- (A) É vedada a estipulação de contratos atípicos cuja aceitação se dê por adesão.
 - (B) Na estipulação em favor de terceiro, é nula a cláusula que resguarda ao estipulante o direito de substituir o terceiro designado no contrato.
 - (C) Em caso de vício ou defeito oculto no produto da alienação, cabe ao alienante optar por redimir o contrato ou abater o preço.
 - (D) Na proposta de contrato, a aceitação com modificações importa em nova proposta.
 - (E) É nulo o contrato com pessoa a declarar se, em seu instrumento, não contiver expressa disposição sobre o prazo de indicação da pessoa que adquirirá os direitos ou assumirá as obrigações.
- 35.** Assinale a alternativa correta sobre o instituto da evicção.
- (A) É plenamente válida e eficaz a cláusula que exclua a responsabilidade pela evicção, ainda que o alienante tenha omitido dolosamente a existência do vício.
 - (B) Há garantia pela evicção quando a aquisição tenha sido realizada em hasta pública.
 - (C) Se parcial, mas considerável, for a evicção, poderá o alienante optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço equivalente ao desfalque sofrido.
 - (D) Pode o adquirente demandar pela evicção, ainda que soubesse que a coisa era alheia ou litigiosa.
 - (E) É nula a cláusula que dispõe que a indenização pela evicção, caso ocorra, não contemplará despesas do contrato, custas judiciais e honorários advocatícios.
- 36.** Assinale a alternativa correta sobre o contrato de compra e venda e suas cláusulas.
- (A) O instrumento particular de promessa de compra e venda não é passível de registro.
 - (B) Não se admite que a fixação do preço da compra e venda seja deixada ao arbítrio de terceiro.
 - (C) É nulo o contrato de compra e venda quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
 - (D) As despesas de escritura e registro são, em regra, de responsabilidade do vendedor.
 - (E) O direito de preferência transmite-se aos herdeiros, mas não admite cessão.
- 37.** Ao organismo de coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor cabe
- (A) solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito policial para a apreciação de delito contra os consumidores e os fornecedores.
 - (B) determinar ao Ministério Público competente que adote as medidas processuais cabíveis contra infrações aos direitos dos consumidores que violarem os interesses difusos, coletivos, ou individuais dos consumidores.
 - (C) prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias, desde que hipossuficientes.
 - (D) informar, conscientizar e motivar o consumidor e o fornecedor, por meio dos diferentes meios de comunicação.
 - (E) incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a formação de entidades de defesa do consumidor pela população e pelos órgãos públicos estaduais e municipais.
- 38.** Assinale a alternativa correta sobre as penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como a de intervenção administrativa.
- (A) Serão aplicadas mediante procedimento administrativo de natureza inquisitiva, dispensando-se assim a ampla defesa.
 - (B) Serão aplicadas quando o fornecedor incorrer em qualquer prática de infrações de maior gravidade previstas no Código de Defesa do Consumidor.
 - (C) A pena de cassação da concessão à concessionária de serviço público será aplicada apenas quando ocorrer violação de obrigação contratual.
 - (D) A pena de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias de fato desaconselham a cassação de licença, a interdição ou suspensão da atividade.
 - (E) No que tange à caracterização da reincidência, esta não restará afastada, mesmo que haja ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, a não ser que tenha sido deferida tutela antecipada nesse sentido.

39. Assinale a alternativa correta, com base nas disposições legais literais, expressas no Código de Defesa do Consumidor.
- (A) Para os fins de práticas comerciais, serão equiparados aos consumidores todas as pessoas, determináveis ou não, expostas ou não às mesmas.
 - (B) Para os efeitos da caracterização da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.
 - (C) O vendedor ambulante não pode ser considerado consumidor quando adquire ou utiliza produto como destinatário final.
 - (D) O Município pode ser considerado fornecedor quando prestar serviços de saúde, gratuitamente, à população.
 - (E) A garantia contratual é independente da legal e será conferida pelo fornecedor ao consumidor, mediante termo escrito ou verbal.
40. Sobre a defesa do consumidor em juízo, assinale a assertiva verdadeira.
- (A) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores poderá ser exercida em juízo individualmente pelo interessado, ou por meio do Ministério Público quando for ele hipossuficiente.
 - (B) São assim entendidos como interesses ou direitos difusos, os transindividuais de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas determinadas e ligadas por circunstâncias de fato.
 - (C) O Município tem legitimidade para a defesa meta-individual do consumidor em juízo.
 - (D) As associações legalmente constituídas há pelo menos seis meses e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos do consumidor, em regra, são legitimadas para a defesa coletiva do consumidor em juízo.
 - (E) Para a defesa dos direitos e interesses do consumidor em juízo, são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela, desde que previstas no Código de Defesa do Consumidor.
41. Assinale a alternativa correta, no que concerne aos atos processuais.
- (A) Os atos e termos processuais sempre dependem de forma determinada, reputando-se nulos os que forem realizados de outro modo.
 - (B) Todos os atos processuais são públicos, sem exceção.
 - (C) O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos em processo que tramite em segredo de justiça é restrito às partes e a seus procuradores.
 - (D) O terceiro, ainda eu demonstre interesse jurídico, não pode requerer ao juiz certidão de dispositivo de sentença, bem como de inventário.
 - (E) Não existe a obrigatoriedade do uso do vernáculo em todos os atos e termos do processo.
42. Será realizada uma audiência de instrução e julgamento em que previamente houve realização de perícia e existe pedido de depoimento pessoal das partes, bem como arrolamento de testemunhas. Diante disso, assinale a alternativa correta.
- (A) Antes de instalar a instrução, em regra, não cabe ao juiz tentar conciliar as partes.
 - (B) Em primeiro lugar, o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu.
 - (C) Por último, o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, requeridos no prazo e nos termos do disposto no Código de Processo Civil.
 - (D) Após ouvir os peritos e assistentes técnicos e realizados os depoimentos pessoais, serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
 - (E) O juiz não poderá dispensar a produção de prova requerida pela parte cujo advogado não tenha comparecido à audiência.

43. No tocante às ações possessórias, assinale a alternativa correta.
- (A) É defeso ao réu, na contestação, alegando que foi ofendido na sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
 - (B) Na pendência de ação possessória, é possível, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio em face da parte contrária.
 - (C) Não é possível ao autor cumular ao pedido possessório o de condenação em perdas e danos.
 - (D) Se o réu provar que o autor provisoriamente mantido ou reintegrado na posse carece de idoneidade financeira para, no caso de decair da ação, responder por perdas e danos, o juiz determinará que a coisa litigiosa seja depositada em juízo.
 - (E) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados.
44. Quanto ao mandado de segurança, nos termos da legislação que o rege, é correta a seguinte afirmação.
- (A) O ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial.
 - (B) A sentença que conceder o mandado de segurança sempre poderá ser executada provisoriamente.
 - (C) A autoridade coatora não tem direito de apresentar recurso, por faltar-lhe capacidade postulatória.
 - (D) Da decisão em mandado de segurança proferida em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, quando a ordem for denegada.
 - (E) O pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, mesmo que a decisão denegatória não tenha apreciado o mérito.
45. Assinale a alternativa correta no que concerne à ação direta de inconstitucionalidade.
- (A) Proposta a ação direta, o autor poderá desistir da mesma até a determinação de intimação dos órgãos ou autoridades que produziram a lei ou o ato normativo impugnado para prestar informações.
 - (B) É possível intervenção de terceiros em processo de ação direta de inconstitucionalidade.
 - (C) No julgamento do pedido de medida cautelar, não é possível sustentação oral pelos representantes legais do requerente ou das autoridades ou órgãos responsáveis pela expedição do ato normativo impugnado.
 - (D) Não é possível ao Tribunal deferir medida cautelar sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.
 - (E) A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex nunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.
46. Quanto à ação civil pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
 - (B) Não é possível condenação dos autores no pagamento de honorários advocatícios.
 - (C) Toda associação, desde que constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil, poderá ingressar com ação civil pública.
 - (D) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público deverá obrigatoriamente assumir a titularidade ativa.
 - (E) A sentença na ação civil pública sempre fará coisa julgada *erga omnes*.
47. Em relação ao *habeas data*, é correta a seguinte afirmação.
- (A) O *habeas data* sempre pode ser concedido para conhecimento de informações relativas a terceiros, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
 - (B) Considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações.
 - (C) O *habeas data* não pode ser impetrado para que o interessado apresente explicação sobre dado verdadeiro mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.
 - (D) Quando a sentença conceder o *habeas data*, o recurso terá efeito suspensivo e devolutivo.
 - (E) O pedido de *habeas data* não pode ser renovado em nenhuma hipótese.
48. Em relação à ação de desapropriação, assinale a alternativa correta.
- (A) A imissão provisória na posse somente poderá ser feita após a citação do réu.
 - (B) A imissão provisória na posse será registrada no registro de imóveis competente.
 - (C) No valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação, se incluem os direitos de terceiros contra o expropriado.
 - (D) No valor da indenização não serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação.
 - (E) O processo de desapropriação se extingue com o falecimento do réu ou a perda da capacidade civil.

49. Assinale a alternativa correta acerca da isenção.

- (A) A entidade tributante que conceder a isenção não poderá restringi-la a determinada região do território, ainda que em função de condições a ela peculiares.
- (B) A isenção aplica-se exclusivamente aos impostos, não sendo, em qualquer hipótese, extensiva às taxas.
- (C) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não se aplica aos tributos instituídos anteriormente à sua concessão.
- (D) Quando concedida em caráter geral, a isenção é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa.
- (E) Se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, a isenção não pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo.

50. No que respeita às espécies tributárias, é correto afirmar que

- (A) o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- (B) a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos, autoriza a cobrança de imposto.
- (C) os serviços públicos que autorizam a cobrança de taxa consideram-se divisíveis quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidades públicas.
- (D) as contribuições para a seguridade social não se incluem no âmbito da parafiscalidade.
- (E) todos os imóveis que sejam beneficiados pela realização de uma obra pública ficam sujeitos ao pagamento de contribuição de melhoria com valor que será idêntico para cada um deles.

51. Segundo determina o Código Tributário Nacional, a constituição do crédito tributário opera-se por intermédio do lançamento tributário. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) no lançamento de ofício, a autoridade administrativa delega ao contribuinte a função de realizar o lançamento, motivo pelo qual a doutrina também o denomina como autolancamento.
- (B) se o lançamento não for realizado dentro do prazo legal, para fins de constituição do crédito correspondente, opera-se a prescrição.
- (C) a modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
- (D) não se admite, em matéria tributária, a denominada homologação tácita uma vez que referida homologação, por determinação legal, só se opera de forma expressa.
- (E) a determinação da matéria tributável, a indicação do sujeito passivo e a fixação da data do vencimento do tributo consistem em requisitos formais, exigidos por lei, para efetivação regular do procedimento de lançamento.

52. O procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado após a constituição do crédito, inclusive no curso da execução judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias. O requerimento da medida cautelar, contudo, independe da prévia constituição do crédito tributário, quando o devedor

- (A) sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado.
- (B) tendo domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando elidir o adimplemento da obrigação.
- (C) aliena bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em virtude de lei.
- (D) notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal, deixa de pagá-lo no prazo legal, salvo se suspensa sua exigibilidade.
- (E) pratica outros atos que dificultem ou impeçam a satisfação do crédito.

53. Em sede de execução fiscal

- (A) será admitida reconvenção e compensação, e as exceções, inclusive as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas antes do julgamento dos embargos.
- (B) não sendo embargada a execução ou sendo rejeitados os embargos, no caso de garantia real prestada por terceiro, será este intimado, sob pena de contra ele prosseguir a execução nos próprios autos, para remir o bem no prazo de 15 dias.
- (C) os embargos do executado, na execução por carta, serão oferecidos no juízo deprecante, mas quando os embargos tiverem por objeto vícios e irregularidades de atos do próprio juízo deprecado, o julgamento dessa matéria caberá, unicamente, ao juízo deprecante.
- (D) a alienação de quaisquer bens penhorados será feita em leilão público, no lugar designado pelo juiz, não podendo a Fazenda Pública e o executado requerer que os bens sejam leiloados englobadamente.
- (E) se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos, a Fazenda Pública não poderá adjudicar os bens penhorados, antes do leilão, pelo preço da avaliação.

54. Segundo o regramento estabelecido no Sistema Constitucional Tributário Brasileiro, é correto afirmar que

- (A) não existe imunidade específica no que se refere ao imposto sobre a transmissão inter vivos, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).
- (B) o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) não poderá ter alíquotas diferenciadas de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- (C) cabe ao Senado Federal, por meio de Resolução, fixar as alíquotas máximas e mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência impositiva dos Estados (ISS).
- (D) sem prejuízo da progressividade no tempo, nos casos especificados pela Constituição Federal, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- (E) cabe ao Plano Diretor do Município, no que se refere ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência impositiva dos Estados (ISS), regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

55. Do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), pertencem aos Municípios

- (A) 22,5%.
- (B) 25%.
- (C) 27,5%.
- (D) 30%.
- (E) 50%.

56. No que se refere à Dívida Ativa, a omissão de quaisquer dos requisitos previstos em lei, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada

- (A) a qualquer tempo ou grau de jurisdição, mediante correção da certidão anulável, visto que referida nulidade não é alcançada pela preclusão consumativa.
- (B) até decisão de segunda instância, mediante correção da certidão anulável, mas antes da interposição de recurso especial ou extraordinário.
- (C) até decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula.
- (D) a qualquer tempo ou grau de jurisdição, mediante substituição da certidão nula.
- (E) antes da sentença de julgamento a ser proferida em sede de ação anulatória de lançamento tributário.

DIREITO FINANCEIRO

57. Segundo dispõe a Lei Geral do Orçamento, as dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais, consideram-se subvenções

- (A) sociais.
- (B) econômicas.
- (C) adicionais.
- (D) de retorno.
- (E) de reforço.

58. Para efeito do que dispõe a lei complementar que rege a responsabilidade na gestão fiscal, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, entende-se por

- (A) transferência corrente.
- (B) transferência para fins de investimento.
- (C) transferência voluntária.
- (D) aporte subsidiário de recursos.
- (E) aporte assistencial de recursos.

59. Nos termos da Lei Complementar nº 101/00, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das demais exigências que prevê, equipara-se
- (A) à dívida pública consolidada.
 - (B) à dívida pública mobiliária.
 - (C) à concessão de garantia.
 - (D) ao refinanciamento da dívida mobiliária.
 - (E) à operação de crédito.
60. Disciplina a Lei nº 10.520/02 a licitação na modalidade pregão, que poderá ser adotada para aquisição de bens e serviços comuns, nos termos que estabelece. A respeito do que dispõe referido diploma legal, é correto afirmar que
- (A) a autoridade competente, na fase externa do pregão, justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.
 - (B) a fase preparatória do pregão será iniciada com a convocação dos interessados que será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado.
 - (C) quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 10 anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
 - (D) declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
 - (E) é permitida, nessa modalidade de licitação, a garantia de proposta e a aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
61. Aplica-se a lei penal brasileira ao crime cometido no território nacional. O art. 5º do CP estende a aplicação da lei penal brasileira para fato cometido em
- (A) embarcação privada brasileira atracada em portos estrangeiros.
 - (B) embarcação estrangeira de propriedade privada navegando no mar territorial do Brasil.
 - (C) aeronave privada brasileira pousada em aeroportos estrangeiros, desde que o país respectivo tenha acordo de extradição com o Brasil.
 - (D) sede de embaixada ou unidade consular do Brasil no estrangeiro.
 - (E) residência do embaixador brasileiro em país estrangeiro que faça parte do Mercosul.
62. O tipo do art. 250 do CP prevê aumento de pena de um terço na modalidade _____ se o incêndio é _____.
- Completa, correta e respectivamente, as lacunas:
- (A) culposa ... em depósito de explosivo, combustível ou inflamável
 - (B) culposa ... em edifício público ou destinado a uso público ou a obra de assistência social ou de cultura
 - (C) dolosa ... em lavoura, pastagem, mata ou floresta
 - (D) dolosa ... praticado mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe
 - (E) dolosa ... praticado para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime
63. O tipo do art. 269 do CP (deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória) é classificado como
- (A) de perigo concreto.
 - (B) doloso e/ou culposos.
 - (C) comissivo por omissão.
 - (D) omissivo por comissão.
 - (E) omissivo puro ou omissivo próprio.

- 64.** Aquele que guarda instrumento especialmente destinado à falsificação de moeda
- (A) comete crime equiparado ao crime de falsificação de moeda (CP, art. 289), mas receberá pena reduzida.
 - (B) comete crime equiparado ao crime de falsificação de moeda (CP, art. 289), com idêntica pena.
 - (C) comete crime assimilado ao crime de falsificação de moeda (CP, art. 290).
 - (D) comete o crime de petrechos para falsificação de moeda (CP, art. 291).
 - (E) não comete crime algum, por se tratar de ato preparatório.
- 65.** Funcionários públicos estão executando um ato legal. Mediante violência, um indivíduo opõe-se à execução do ato, e acaba causando lesão corporal leve em um particular que prestava auxílio aos funcionários públicos. Em que pese a oposição o ato se executa. O indivíduo
- (A) comete crime de resistência e também responderá pela violência (lesão corporal).
 - (B) comete crime de desobediência, o qual terá sua pena aumentada por conta da violência (lesão corporal).
 - (C) apenas responderá pela violência (lesão corporal), não havendo porque se cogitar de outro crime, pois o ato foi executado.
 - (D) apenas comete crime de resistência, não havendo porque se cogitar de outro crime, uma vez que a vítima de violência (lesão corporal) não se trata de funcionário público.
 - (E) não comete crime algum.
- 66.** A conduta de iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria constitui
- (A) crime de contrabando.
 - (B) crime de descaminho.
 - (C) crime de sonegação de contribuição previdenciária.
 - (D) mero ilícito fiscal-aduaneiro, sem repercussão na esfera penal.
 - (E) mero ilícito fiscal-tributário que sujeita a respectiva mercadoria a perdimento, sem repercussão na esfera penal.
- 67.** Assinale a alternativa correta no que se refere aos direitos políticos.
- (A) O analfabeto não pode alistar-se eleitor e, por via de consequência, não pode votar.
 - (B) O eleitor que não provar ter votado na última eleição, ou mesmo deixar de provar a justificativa pela ausência do voto ou o respectivo pagamento da multa terá cancelado o passaporte emitido em seu favor, ainda que dentro do prazo de sua validade.
 - (C) Uma das condições de elegibilidade para candidato a vereador é ter idade mínima de 21 anos.
 - (D) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto e, nos termos da lei, pelo plebiscito, iniciativa popular e referendo.
 - (E) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, mas só será aplicada à eleição que ocorra até seis meses da data de sua vigência.
- 68.** Com relação aos partidos políticos, é correto afirmar que
- (A) a fusão ou incorporação de partidos políticos é admitida àqueles que obtiveram o registro provisório perante o Tribunal Superior Eleitoral há pelo menos dois anos.
 - (B) a desaprovação da prestação de contas do partido ensejará no impedimento de participação do pleito eleitoral naquele período respectivo à eleição próxima a ser realizada.
 - (C) é vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidade de classe ou sindical.
 - (D) o Tribunal Superior Eleitoral dará prioridade ao partido político que possuir registro mais antigo de sua criação, na hipótese de coincidência de data de formação de cadeia de transmissão de propaganda partidária.
 - (E) a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão é assegurada aos partidos políticos apenas nos blocos de transmissão regulados pelo Tribunal Superior Eleitoral, ficando as inserções às expensas da referida agremiação partidária.

69. Com relação ao controle da legalidade das eleições, é correto afirmar que

- (A) para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição eleitoral e estar com a filiação deferida pelo partido com no mínimo um ano antes da data da eleição.
- (B) nos Municípios de até cem mil eleitores, cada coligação poderá registrar candidatos para Câmara Legislativa no total de até 200% (duzentos por cento) do número de lugares a preencher.
- (C) os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 05 de julho do ano em que se realizarem as eleições.
- (D) os candidatos ou partidos conservarão a documentação concernente à sua conta até cento e vinte dias após a diplomação, exceto se pendente de julgamento de processo judicial relativo às contas, quando, então, a documentação deverá ser conservada até decisão final.
- (E) é permitida a veiculação de propaganda eleitoral por intermédio de cavaletes e bonecos infláveis, desde que obedecida a mobilidade desses materiais e mantidos em locais de uso comum.

70. Assinale a alternativa correta quanto às condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais.

- (A) É proibida ao agente público a cessão de servidor público ou empregado da Administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.
- (B) É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 6 (seis) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas.
- (C) O ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial pelo Prefeito e Presidente da Câmara Municipal em campanha eleitoral será de responsabilidade do partido político ou coligação a que estejam vinculados.
- (D) Os agentes públicos que sofrerem sanções decorrentes de condutas vedadas em campanhas eleitorais, nos termos do art. 73 e seguintes da Lei nº 9.504/97, não poderão ser responsabilizados, também, por improbidade administrativa, uma vez que estaria ocorrendo a punição *bis in idem*.
- (E) A contratação de shows artísticos durante o processo eleitoral é permitida apenas na hipótese de realização de inauguração a ser paga com recurso público e em até dois meses antes do pleito eleitoral.

71. Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Dentre os órgãos que compõem tal estrutura, de acordo com o que prevê as regras da Política Nacional do Meio Ambiente, é correto afirmar que

- (A) o órgão superior é formado pelo Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
- (B) o órgão consultivo e deliberativo é composto pela Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- (C) o órgão executor é composto pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
- (D) os órgãos locais compreendem o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, cuja finalidade é executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.
- (E) o órgão central é composto por entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

72. Uma pessoa de 63 anos está internada num hospital, acometido de uma patologia que inspira cuidados. Diante do que prevê a legislação, é correto afirmar que

- (A) esse paciente não tem direito a nenhum acompanhante se estiver internado em hospital público.
- (B) se tal paciente estiver em pleno gozo de suas faculdades mentais, poderá escolher o tratamento que reputar mais favorável.
- (C) estando inapto a declarar sua vontade, o médico só poderá fazer a opção pela melhor forma de tratamento após o parecer do Ministério Público.
- (D) o acompanhante só poderia auxiliar tal paciente caso este tivesse mais de 65 anos de idade, quando então seria considerado idoso para esses fins.
- (E) em caso de risco de morte deste paciente, independentemente de estar ou não em pleno gozo de suas faculdades mentais, o tratamento só poderá ser realizado se autorizado pelos familiares em conjunto com o médico responsável pelo tratamento.

73. O Ordenamento Jurídico Brasileiro possui um microssistema de normas que visam tutelar as ações civis públicas, que têm por objeto os interesses transindividuais.

Sobre esse tema, é correto afirmar que

- (A) para que seja proposta uma ação coletiva, é necessário que os direitos envolvidos contenham uma relação jurídica base em comum com os titulares envolvidos.
- (B) as associações que representam determinada classe de pessoas prejudicadas em um direito coletivo não possuem legitimidade para propor demandas judiciais, sendo, porém, autorizadas a postular extrajudicialmente na defesa desses direitos.
- (C) não há previsão constitucional de proteção a direitos coletivos, sendo que todas as leis que tratam dessa matéria são infraconstitucionais.
- (D) se uma ação civil pública for julgada improcedente por falta de provas, é possível que um dos legitimados ativos, com base em novas provas, proponha nova demanda.
- (E) todos os lesados individualmente são legitimados ativos para propor ação coletiva de proteção a direitos transindividuais, representando a coletividade lesada.

74. A Lei nº 7.853/89 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, dentre outras providências. Dentro do que prevê essa legislação, é correto afirmar que

- (A) as medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela União, pelos Estados, pelos Municípios, pelo Distrito Federal, por associação constituída há mais de 180 dias, nos termos da lei civil, por autarquia, por empresa pública e por fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência.
- (B) para instruir a inicial, o interessado deverá anexar todas as certidões e informações que julgar necessárias, sendo que estas só serão entregues se deferidas pelo juiz, uma vez que os órgãos competentes não são obrigados a entregar nenhuma informação a pessoa comum, senão por meio de ordem judicial.
- (C) as certidões e informações deferidas pelo juiz deverão ser fornecidas dentro de 45 (quarenta e cinco dias) da data da entrega do ofício, e só poderão ser utilizadas para a instrução da ação civil.
- (D) não cabe formação de litisconsórcio nas ações propostas para defesa dos interesses protegidos por essa lei.
- (E) a sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

75. Sobre a legislação federal que dispõe sobre o parcelamento do solo, é correto afirmar que

- (A) se considera desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- (B) a legislação estadual definirá, para cada zona em que se divida o território dos Municípios, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento.
- (C) nos Municípios cuja legislação for omissa, os prazos serão de noventa dias para a aprovação ou rejeição de um projeto de parcelamento e de sessenta dias para a aceitação ou recusa fundamentada das obras de urbanização executadas.
- (D) é possível que um mesmo lote situe-se em mais de uma circunscrição.
- (E) é permitida a venda ou promessa de venda de parcela de loteamento ou desmembramento ainda que não registrado.

76. A respeito da lei que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, é correto afirmar que
- (A) vereda é a fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos, usualmente com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* - buriti emergente, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas.
 - (B) restinga é o afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d'água.
 - (C) manguezal são as áreas situadas em regiões com frequência de inundações intermediárias entre marés de sizígias e de quadratura, com solos cuja salinidade varia entre 100 (cem) e 150 (cento e cinquenta) partes por 1.000 (mil), onde pode ocorrer a presença de vegetação herbácea específica.
 - (D) olho d'água é a calha por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano.
 - (E) é chamado pousio o título de direito sobre bem intangível e incorpóreo transacionável.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

77. Conforme dispõe a Lei Orgânica do Município de Marília, é correto afirmar que
- (A) os projetos de resolução disporão, exclusivamente, sobre matérias de interesse coletivo a ser analisado pela Câmara.
 - (B) os Secretários e o Procurador Geral do Município, obrigatoriamente, respondem individualmente pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.
 - (C) além das atribuições fixadas em lei, compete aos Procuradores do Município expedir leis, decretos e regulamentos.
 - (D) o chefe da Procuradoria Geral do Município, de livre designação pelo Presidente da Câmara Municipal, deverá ter, no mínimo, dois anos de experiência em Administração Pública.
 - (E) o Prefeito poderá designar Procurador Jurídico para atuar em áreas determinadas da Administração Direta ou junto às Secretarias ou órgãos da mesma Administração.

78. O Regimento Interno da Câmara Municipal de Marília determina que os projetos de Decreto Legislativo concedendo título honorífico ou outra honraria, serão apresentados, discutidos e votados em
- (A) sessão secreta, limitada à apreciação de um projeto por sessão.
 - (B) sessão secreta, limitada à apreciação de dois projetos por sessão.
 - (C) sessão extraordinária, limitada à apreciação de um projeto por sessão.
 - (D) sessão extraordinária, ilimitada a apreciação de vários projetos por sessão.
 - (E) sessão ordinária e aberta ao público, para apreciação de um projeto por sessão.
79. No que tange ao Processo Administrativo Disciplinar, e conforme estabelece o Código de Ética do Servidor Público Municipal de Marília, é correto afirmar que
- (A) deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do conhecimento do ato irresponsável praticado pelo acusado.
 - (B) não será considerado o pedido de exoneração, feito pelo acusado, depois de efetivada sua citação.
 - (C) não será admissível acareação de depoentes, no caso de depoimentos contraditórios.
 - (D) a pedido da autoridade responsável, o processo poderá ser prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias.
 - (E) quanto às testemunhas, que poderão ser arroladas até o número máximo de 04 (quatro) para cada parte, serão ouvidas primeiramente as arroladas pela defesa, e, em seguida, as arroladas pela Comissão.
80. Em relação ao que determina o Código de Administração do Município de Marília, assinale a alternativa correta.
- (A) O Servidor Público poderá ser transferido de um cargo efetivo para outro, desde que os vencimentos sejam diferenciados para cada cargo.
 - (B) A transferência somente poderá ser efetivada quando o servidor contar com mais de 05 (cinco) anos de efetivo serviço público municipal e desde que seja conveniente para ele.
 - (C) O aproveitamento de servidores que se encontrarem em disponibilidade há mais de 12 (doze) meses dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, por junta médica.
 - (D) O servidor que estiver sob o regime de trabalho de dedicação parcial pode ser convocado para prestação de serviço extraordinário, fazendo jus à devida remuneração.
 - (E) O servidor aposentado por invalidez que contar com até 65 (sessenta e cinco) anos, quando por junta médica oficial forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria, poderá ser revertido para o mesmo cargo que ocupava.

